

ESPAÇO ABERTO

O início da virada na formação de professores

Priscila Cruz e Ivan Gontijo

estadao.digital#wsmuniz30@gmail.com

Frequentemente, questiona-se por que a educação no Brasil não alcança o nível de qualidade que desejamos e necessitamos, apesar do aumento dos investimentos. A resposta completa é complexa e extensa, mas uma versão resumida e direta aponta que um dos problemas mais críticos é a fragilidade da formação inicial de professores. Esta grave situação a que chegamos tem freado o potencial de resultados educacionais de várias políticas públicas, como a educação integral, as políticas de alfabetização, o investimento em gestão escolar, entre muitas outras. É inquestionável que a interação entre professores bem preparados e alunos é o ponto central do efetivo aprendizado, mesmo com a enorme diversidade e desigualdades presentes em todo o território nacional.

E para deixar claro desde já, nossa defesa aqui é a de que professores são a solução, a mais importante de todas, para a transformação educacional. Portanto, a formação inicial de qualidade deve ser a principal preocupação do Mi-

nistério da Educação (MEC), das universidades e de outras instituições responsáveis pela formação docente.

O quadro atual é alarmante: ao concluir a licenciatura, os alunos de todos os cursos apresentaram médias inferiores a 50, em uma escala de 0 a 100 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Além disso, a proporção de formados a distância cresce significativamente a cada ano, chegando a 65% no último levantamento, de 2022.

É verdade que os cursos presenciais também precisam de grandes mudanças, pois há baixa integração entre teoria e prática, fragilidade nos estágios supervisionados, e vários outros desafios. Mas esses mesmos problemas na modalidade a distância são aprofundados. Os professores são profissionais que atuam presencialmente nas milhares de salas de aula por todo o País. Um curso predominantemente a distância é absolutamente inadequado, pois os professores vão implementar não apenas o que aprenderam, mas como aprenderam. Além disso, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no artigo

Novas Diretrizes Curriculares Nacionais, que acabam de ser homologadas pelo MEC, abrem o caminho para mudanças estruturais

62, define que a formação inicial de professores deve ser realizada preferencialmente de forma presencial.

Neste contexto, o Ministério da Educação deu um passo inicial importante na garantia de qualidade da formação docente ao determinar que pelo menos 50% da carga horária dos cursos na modalidade a

distância deve ser presencial – o que havia sido estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em um conjunto maior de normas que compõem as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores. No entanto, houve quem se opusesse a essa medida, a partir do argumento de que a restrição à modalidade a distância impactaria fortemente a relação oferta e demanda, resultando em um déficit generalizado de professores no futuro.

O olhar cuidadoso, contudo, mostra que o argumento é frágil. Conforme nota técnica sobre as novas diretrizes, divulgada pelo Todos pela Educação na última semana, os dados oficiais revelam um cenário de grande ociosidade nas novas vagas de licenciaturas no ensino superior (presenciais e EAD) e de grande evasão dos estudantes ao longo dos cursos. Além disso, em média, apenas um em cada três concluintes de licenciaturas no Brasil de fato ingressa na carreira docente. O curso que tem mais concluintes na EAD é a Pedagogia (cerca de 76% estão nessa modalidade), em que os dados apontam que já existe um enorme excedente de formados, enquanto nos cursos com mais desafios na oferta de professores o percentual de formados em EAD é muito inferior. Assim, as discussões sobre escassez de professores no País passam muito mais por aumentar a atratividade da carreira, reduzindo a alta ociosidade de vagas e incentivando os formados a ingressa-

rem em sala de aula, do que por criar ou manter o alto número de vagas a distância.

Algumas das medidas necessárias, sendo que nenhuma delas passa pela manutenção do cenário de liberação irrestrita do EAD, são: incentivos financeiros, como bolsas de estudo para os licenciandos com bom desempenho acadêmico no ensino médio, fortalecimento de programas de iniciação à docência, melhores condições de trabalho e salários mais competitivos para os professores.

Mas e a questão de os cursos presenciais serem mais caros? Como equacionar o risco de, principalmente no caso da oferta privada (que abriga hoje 66% das matrículas), a demanda ser fortemente afetada pelo simples fato de não haver gente interessada ou possibilitada a pagar mais? Daí surge a necessidade de um investimento substancial por parte do MEC para financiar, apoiar e induzir cursos – públicos e privados – predominantemente presenciais, em tempo integral, com forte ênfase para o estágio em escolas desde o primeiro ano, com apoio financeiro/bolsas para os estudantes que comprovem alta qualidade na formação. Essa política representaria um verdadeiro ponto de virada na educação brasileira. A implementação adequada das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, acertadamente homologadas pelo MEC, após um corajoso esforço do CNE, pode ser o começo disso. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE EXECUTIVA E GERENTE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada. E-mail: forum@estadao.com

Varejo

Arroz de festa

A expressão “arroz de festa” tem significados regionais diferentes. No Brasil, designa uma pessoa sempre presente em acontecimentos comemorativos, provavelmente a fim de aumentar a respectiva visibilidade. Em Portugal, porém, indica uma sobremesa que por aqui recebe o nome de arroz-doce. O governo Lula da Silva acaba de fixar um novo sentido para o cereal. Carimbou-o com selo oficial e transformando-o, então, em “arroz estativado”. Numa iniciativa tipicamente intervencionista, decidiu importar o produto sob a alegação infundada de que a tragédia climática que se abateu sobre o Rio Grande do Sul determinaria a sua escassez e despertaria a sã necessidade de preços dos produtores, o que está longe de ter ocorrido, segundo insistentes comunicados dos setores agrícolas responsáveis. Trata-se, pois, de medida sã e eleitorei-

ra, visando à condução de política de segunda categoria em cima de episódio climático calamitoso. Quem sabe se, além da iniciativa puramente populista, Lula não quer também aparecer de modo a aumentar a combatida popularidade e ostentar, na verdade, a personalidade de um “arroz de festa” brasileiro?

Paulo Roberto Gotac
Rio de Janeiro

Tabelamento

Atrás do arroz, com timbre do governo, com preço abaixo do mercado, mas tudo feito com dinheiro nosso, poderão vir outros produtos com a imposição de tabela governamental. Saudade de meio século atrás? Mais um absurdo do lulopetismo.

José Carlos de C. Carneiro
Rio Claro

Fiscalização

Sobre a desnecessária e demagógica compra do arroz Lula muito já foi dito, mas faltou o mais importante: qual vai ser a qualidade do produto e, principalmente,

como os R\$ 6,7 bilhões serão fiscalizados? Espero que isso não acabe enchendo os bolsos de quem tem a chave do cofre.

Luciano Nogueira Marmontel
Pouso Alegre (MG)

Relação Brasil-China

Rota para o Pacífico

Rubens Barbosa argumentou com maestria em favor da busca, pelo Brasil, de acesso ferroviário ao Pacífico em parceria estratégica com a China (Estado, 28/5, A5). Faço algumas observações. São citadas duas alternativas que temos: uma mais longa, ferroviária, por Bolívia, Peru e Chile; e outra, com traçado vantajoso, por Paraguai, Argentina e Chile. O acesso ao Pacífico é uma grande demanda da nossa economia há mais de um século, com vistas ao mercado asiático. Há também uma demanda de transporte de produtos em trânsito de um oceano a outro, hoje com dificuldades para a passagem pelo Canal do Panamá. As duas alternativas que temos, infelizmente, são

ilusórias e continuaremos a não ver navios no Pacífico, pelas razões a seguir. A alternativa ferroviária através da Bolívia é uma quimera: há décadas estão desativadas a Sorocabana e a Noroeste, que davam acesso à ferrovia boliviana; quando essas duas ferrovias existiam, o tráfego com a Bolívia era prejudicado pela má administração dos nossos vizinhos, uma reclamação que ainda faz a ferrovia chilena na sua interface com a ferrovia boliviana; as ferrovias aqui citadas, inclusive as brasileiras, usam a bitola métrica, já em desuso no mundo avançado; e o traçado pela Bolívia, além de muito mais longo, atravessa os Andes pela sua parte mais alta, com longos trechos montanhosos. A alternativa por Paraguai, Argentina e Chile é a que oferece o traçado mais vantajoso, com distância significativamente menor e percursos de montanha menos agressivos; por outro lado, essa proposta com traçado mais vantajoso é rodoviária, e não ferroviária, e estamos falando de cargas que exigi-

riam não só uma, mas várias rodovias, se essa for a opção (sem falar de custos de transporte). Para não alongar o texto, deixo a reflexão oferecida e a expectativa de um breve retorno das linhas da Sorocabana, da Noroeste e da ferrovia métrica entre Salta, na Argentina, e Antofagasta, no Chile. As demandas de desenvolvimento dos países sul-americanos e do comércio internacional indicam a necessidade não só de uma ligação bioceânica sul-americana, mas de quatro: uma rodovia e uma ferrovia na rota Bolívia-Peru-norte do Chile (aproveitando a ferrovia existente de bitola de 1 metro) e uma rodovia e uma ferrovia na rota proposta cruzando o Paraguai até o porto chileno de Antofagasta. Há estudos avançados nos organismos sul-americanos propondo essa ferrovia com a bitola de 1,435 m, já em uso em Argentina e Uruguai, existente no passado no Paraguai e de uso generalizado na Europa ocidental e na América do Norte.

Pedro de Camargo, economista
São Paulo